



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0144235-3**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: LUIZ ANTÔNIO DE ANDRADE BEZERRA – ASSISTENTE DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO e CARLOS EDUARDO DE  
CASTRO DUARTE FILHO**

**APELADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, JESSÉ  
SOARES ALBUQUERQUE JÚNIOR, ADAIR GISELA BRANDOLFF FIDELLIS e  
JANETE VIEIRA DA SILVA**

**RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO  
CRIMINAL. CRIME DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO.  
PEDIDO DE REANÁLISE DAS PROVAS PARA CONDENAR  
TRÊS RÉUS. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS  
COM RELAÇÃO A UM DOS RÉUS. PROVAS SUFICIENTES  
PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE  
PROVAS CAPAZES DE IMPUTAR ÀS DUAS RÉS A AUTORIA  
DELITIVA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO.  
OBSERVÂNCIA DO ART. 386, INCISO VI, DO CPP. PEDIDO  
DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART.  
159, §1º, DO CÓDIGO PENAL PARA O DESCRITO NO ART.  
158 DO MESMO DIPLOMA. IMPOSSIBILIDADE. PERFEITO  
ENQUADRAMENTO DA CONDUTA NA DESCRIÇÃO TÍPICA  
DO ART. 159, §1º, DO CÓDIGO PENAL. – POR  
UNANIMIDADE DE VOTOS DECIDIU-SE PELO  
PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DO ASSISTENTE DE  
ACUSAÇÃO E PELO IMPROVIMENTO DO RECURSO  
INTERPOSTO PELO RÉU.**

1. Encontra-se, devidamente, provadas a autoria e a materialidade do delito, ficando caracterizada a responsabilidade penal imputada ao denunciado Jessé Soares Albuquerque Júnior pela prática do delito previsto no art. 159, §1º, do Código Penal.
2. Inexistem nos autos elementos de provas que evidenciem a responsabilidade delitiva atribuída às acusadas Adair Gisela Brandolff Fidellis e Janete Vieira da Silva na prática do crime de extorsão mediante sequestro.
3. Diante da insuficiência de provas e com fundamento no princípio do *in dubio pro reo*, não há outro caminho a perfilhar que não seja o da manutenção da absolvição das apeladas, nos termos do art. 386, inc. VI, do CPP.
4. Incabível a desclassificação da conduta praticada pelo apelante Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho, haja vista que para a configuração do tipo previsto no art. 159, §1º, do Código Penal basta que a vítima tenha a sua liberdade de locomoção restringida pela ação dos agentes.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0144235-3, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso interposto pelo assistente de acusação para condenar o réu Jessé Soares Albuquerque Júnior pela prática do crime previsto no art. 159, §1º, do Código Penal à pena de 12 (doze) anos de reclusão, e negar provimento à apelação interposta pelo réu Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho, mantendo-se a sentença em seus demais termos, de acordo com o voto do Des. Relator.

Recife, 28 de

agosto

de 2012

**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
**Presidente e Relator**

2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0144235-3**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: LUIZ ANTÔNIO DE ANDRADE BEZERRA – ASSISTENTE DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO e CARLOS EDUARDO DE  
CASTRO DUARTE FILHO**

**APELADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, JESSÉ  
SOARES ALBUQUERQUE JÚNIOR, ADAIR GISELA BRANDOLFF FIDELLIS e  
JANETE VIEIRA DA SILVA**

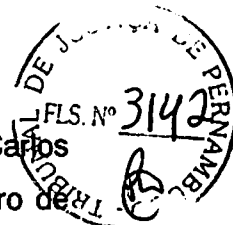
**RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Tratam os presentes autos de recursos de apelação interpostos pelo **ASSISTENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO** com relação à parte da sentença que absolveu os réus Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff Fidellis e Janete Vieira da Silva, e pelo réu **CARLOS EDUARDO DE CASTRO DUARTE FILHO**, com relação à parte da sentença que o condenou nas penas do art. 159, §1º, segunda parte, c/c art. 29, ambos do Código Penal.

Relata a denúncia, de fls. 02/09, que no dia 15/02/2005, por volta das 13:30h, no bairro de Boa Viagem, nesta capital, dois indivíduos abordaram o automóvel de Mônica de Andrade Bezerra, determinando que ela e seu esposo Carlos Eduardo de Castro Duarte descessem e deixassem a filha do casal, a menor Natália de Andrade Bezerra. Em sequência, os dois indivíduos se evadiram do local, levando a criança, deixando apenas um bilhete com instruções sobre os termos de resgate e um telefone celular, sem o teclado, através do qual eles fariam contato direto com os familiares da menor.

Descreve a peça acusatória que o delito foi planejado por Carlos Eduardo de Castro Duarte o qual, por motivo financeiro, tentava obter dinheiro de seu sogro às custas da empreitada criminosa. Pode-se também identificar na denúncia, como supostos co-autores do crime, Aldenira Lira da Silva (Nira), Janete Vieira da Silva, Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff.



Em aditamento à inicial acusatória (fls. 490/491 e 592/593) foram denunciados como co-autores do crime: Fabiana Costa Torres, Natalício Manoel Mota Filho e Querol Brandolff Silva.

Após regular processamento, os réus Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho, Aldenira Lira da Silva, Querol Brandolff Silva, Fabiana Costa Torres e Natalício Manoel Mota Filho foram condenados nas penas do art. 159, §1º, segunda parte, do Código Penal, enquanto que os réus Jessé Soares de Albuquerque Júnior, Janete Vieira da Silva e Adair Gisela Brandolff Fidellis foram absolvidos das acusações contra eles perpetradas na denúncia (fls. 1.115/1.116).

Irresignado, o assistente de acusação interpôs recurso de apelação, alegando que existem provas suficientes nos autos para embasar a condenação dos réus Jessé Soares de Albuquerque, Janete Vieira da Silva e Adair Gisela Brandolff Fidellis, não havendo motivos para fundamentar a absolvição dos referidos réus.

Em contrarrazões ao recurso interposto pelo assistente de acusação, Jessé Soares de Albuquerque Júnior e Adair Gisela Brandolff Fidellis (fls. 1.253/1.255) pleitearam a manutenção da sentença nos termos em que foi proferida. Também em suas contrarrazões recursais a ré Janete Vieira da Silva (fls. 1.263/1.265) pugnou pela manutenção da sentença ora em questão.

Inconformado com a sentença que o condenou à pena de 14 (catorze) anos de reclusão pela prática do delito previsto no art. 159, §1º, do Código Penal, o réu Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho interpôs recurso de apelação (fls. 1.280/1.302), pleiteando a desclassificação do crime de extorsão mediante sequestro para o delito de extorsão, alegando que houve uma simulação de sequestro e não um sequestro propriamente dito, uma vez que nunca teve a intenção de causar qualquer mal à sua filha.

Em suas contrarrazões ao recurso (fls. 1.309/1.310) o *Parquet* ratificou o teor das alegações finais (fls. 932/946), nas quais se pede a procedência total da peça acusatória com a consequente condenação de todos os réus.



O Ministério Público, através da Procuradoria de Justiça, em parecer às fls. 3.117/3.123, opinou pelo provimento do apelo interposto pelo assistente de acusação e pelo improvimento do recurso interposto por Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho.

**É O RELATÓRIO.**

À Douta Revisão.

Recife, 25 de outubro de 2010.

  
**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
**Presidente e Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0144235-3**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: LUIZ ANTÔNIO DE ANDRADE BEZERRA – ASSISTENTE DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PERNAMBUCO e CARLOS EDUARDO DE  
CASTRO DUARTE FILHO**

**APELADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, JESSÉ  
SOARES ALBUQUERQUE JÚNIOR, ADAIR GISELA BRANDOLFF FIDELLIS e  
JANETE VIEIRA DA SILVA**

**RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,  
Sr.(a) Procurador(a).

Cuida-se de recursos de apelação interpostos pelo **ASSISTENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO** contra a parte da sentença proferido pelo MM. Juiz de Direito da Vara dos Crimes Contra a Criança e Adolescente da Capital que absolveu os réus Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff Fidellis e Janete Vieira da Silva, e pelo réu **CARLOS EDUARDO DE CASTRO DUARTE FILHO** contra a parte da sentença que o condenou pela prática do crime previsto no art. 159, §1º, do Código Penal.

Em suas razões recursais o assistente de acusação alega que existem inúmeras evidências nos autos que revelam a participação dos réus Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff Fidellis e Janete Vieira da Silva na trama delituosa, motivo pelo qual requer a modificação da sentença com a consequente condenação dos referidos acusados.

Já em seu apelo, o réu Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho argumenta que não era a sua intenção praticar o delito previsto no art. 159, §1º, do CPB, mas o descrito no *caput*, haja vista que o sequestro de sua filha foi, na verdade, uma simulação com a finalidade de extorquir dinheiro de seu ex-sogro.

Primeiramente, passo à análise do apelo interposto pelo assistente de acusação em que se requer uma reanálise do conjunto de provas, que pede a condenação dos réus Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff Fidellis e Janete Vieira da Silva.

Quanto ao envolvimento das acusadas **Janete Vieira da Silva e Adair Gisela Brandolff Fidellis** é de se esclarecer que não existem nos autos elementos suficientes que levem à conclusão acerca da co-responsabilidade delituosa imputadas a elas no sequestro de que foi vítima a menor Natália de Andrade Bezerra Duarte.

No que se refere à ré Janete é de se ressaltar que apesar de existirem alguns indícios de que o crime foi planejado em sua residência verifica-se que na verdade a trama foi arquitetada no pilotis do prédio em que Janete residia e não no interior de seu apartamento, o que leva a concluir que a ré Janete não teve qualquer participação ativa no crime em questão. Vejamos o depoimento prestado por Querol Brandolff Silva perante a autoridade policial, às fls. 537/550:

*"(...) QUE o interrogado informa que se encontravam na residência da NIRA, a própria NIRA, a JANETE, a FABIANA, o JESSÉ e o interrogado; (...) QUE o interrogado afirma que tal encontro ocorrido na residência da NIRA aconteceu dois dias antes do sequestro, mas não tinha a presença do CARLINHOS, havendo tal encontro apenas no dia seguinte no edifício onde reside a JANETE, que se localiza no bairro de Boa Viagem (...) QUE o interrogado informa que apesar da JANETE ter presenciado todo o planejamento inicial em relação sequestro, a mesma não tem participação no crime, já em relação aos demais, que estavam no encontro, todos queriam participar ativamente do delito (...) QUE o interrogado esclarece que*

o encontro que aconteceu no edifício da JANETE ocorreu por volta das 14:00 horas e que tal reunião aconteceu embaixo do prédio, não sendo realizado no interior do apartamento da JANETE; QUE perguntado ao interrogado por que tal encontro aconteceu no edifício de JANETE se a mesma não queria participar do sequestro, o interrogado informa porque a residência de JANETE ficava próximo da residência de CARLINHOS, que também fica no bairro de Boa Viagem (...).

Apreende-se do depoimento acima transcrito que apesar de ter conhecimento do planejamento do sequestro, a ré Janete em momento algum assumiu uma postura proativa com relação ao crime em questão, não havendo nos autos qualquer elemento que demonstre satisfatoriamente a conduta da referida acusada.

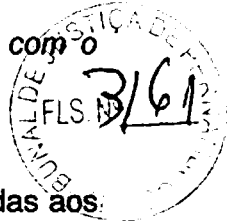
Quanto à ré Adair Gisela, tenho que igualmente não há elementos suficientes que leve à conclusão de que ela tenha participado de alguma maneira do sequestro da menor Natália. O acervo de provas produzido dá conta de que Adair Gisela era companheira de Jessé e prima de Querol, no entanto, não informa com clareza qual foi a participação que teve no delito ora em discussão, não havendo, portanto, certeza acerca de sua responsabilidade com relação ao crime em questão.

O depoimento prestado perante a autoridade judicial por Aldenira Lira da Silva, às fls. 418/425, demonstra que a ré Adair Gisela sequer tinha conhecimento acerca do planejamento criminoso. Vejamos:

*"(...) que naquela segunda-feira ficou planejado que a criança Natália seria levada no carro de Mônica pelos dois homens diretamente para a casa dela acusada, em Olinda, onde ela acusada iria ficar com a criança juntamente com Fabiana e na sua casa elas estariam sozinhas, pois o seu filho e sua empregada estariam fora, na casa de sua mãe, dona Lenilda; lembra que Querol, que naquela ocasião se apresentava como Anderson, pediu para ela acusada que nada dissesse da ação planejada para a*



*prima Adair Gisela, pois ela com certeza não concordaria com o plano (...)*".



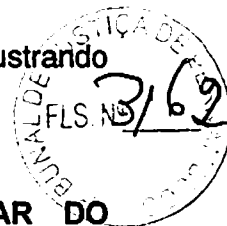
Diante disso, entendo que de acordo com as provas carreadas aos autos encontra-se plenamente evidenciado que as rés Janete Vieira da Silva e Adair Gisela Brandolff Fidellis não tiveram qualquer envolvimento no fato delituoso em análise, sendo certo que elas apenas tinham amizade com os demais acusados, sem que isso ensejasse necessariamente sua participação no sequestro da menor Natália.

Para que haja condenação é preciso provas robustas e coerentes acerca da responsabilidade dos réus, haja vista que o que se encontra em jogo são direitos constitucionalmente assegurados, como o é o direito à liberdade. Quando houver dúvidas sobre a responsabilidade do réu é dever do julgador absolvê-lo. Esta é a lição dada pelo doutrinador Guilherme de Souza Nucci:

**"Em processo penal, quando for caso de absolvição, é preciso que o juiz vincule a improcedência da ação a um dos motivos enumerados no art. 386 do Código de Processo Penal (...) (...) A inexistência de prova da concorrência do réu (inciso IV) evidencia a existência de um fato criminoso, embora não se tenha conseguido demonstrar que o réu dele tomou parte ativa. Pode haver co-autores responsabilizados ou não. A realidade das provas colhidas no processo demonstra merecer o acusado a absolvição, por não se ter construído um universo sólido de provas contra sua pessoa" (Nucci, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal / Guilherme de Souza Nucci. – 3. ed. rev., atual. e ampl. 2. tir. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 621/622).**

Diante do exposto e demonstrada a carência de provas em desfavor das acusadas Janete e Adair Gisela tem-se que mereceram ser absolvidas com relação ao crime que vitimou a menor Natália, haja vista que a este momento processual é aplicado o princípio do *in dubio pro reo* o qual estabelece que, havendo

dúvidas acerca da responsabilidade do réu, imperiosa é a sua absolvição. Ilustrando este entendimento, trago à colação o seguinte julgado:



**PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. ABUSAR DO PODER ECONÔMICO, DOMINANDO O MERCADO OU ELIMINANDO, TOTAL OU PARCIALMENTE, A CONCORRÊNCIA, MEDIANTE AJUSTE OU ACORDO DE EMPRESAS E ELEVAR SEM JUSTA CAUSA O PREÇO DO BEM OU SERVIÇO, VALENDO-SE DE POSIÇÃO DOMINANTE NO MERCADO. AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA IMPUTAR AOS APELADOS A AUTORIA DELITIVA, HÁ DE SE APLICAR O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO, IMPERANDO A ABSOLVIÇÃO, NA FORMA DO ART. 386, INCISO VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IMPROVIMENTO DO APELO. DECISÃO UNÂNIME. (TJPE. Apelação Criminal nº 123727-6, Rel. Des. Romero de Oliveira Andrade, julg. 28/9/2006).**

Desta forma, conclui-se que para que haja um decreto penal condenatório é indispensável prova robusta que dê certeza da ocorrência delituosa e sua autoria. A íntima convicção do Julgador deve sempre se apoiar em dados objetivos indiscutíveis, sob pena de se transformar o princípio do livre convencimento em arbítrio.

Assim, diante da ausência de provas suficientes para imputar às acusadas Janete e Adair Gisela a autoria delitiva, há de se aplicar o princípio do *in dubio pro reo*, motivo pelo qual entendo como correta a decisão do juiz *a quo* em análise, devendo, em face disso ser mantida a absolvição das rés, nos termos do inc. VI, do art. 386, do Código de Processo Penal.

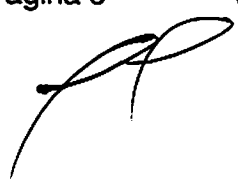
Quanto à participação do réu **Jessé Soares de Albuquerque Júnior** tenho que o conteúdo das provas evidenciam a sua participação no evento delituoso. Em que pese a sua sutil participação, apreende-se dos autos que Jessé fez parte da empreitada criminosa desde o início, tendo, inclusive, indicado o réu Querol Brandolff para participar ativamente do sequestro da menor Natália. É o que

podemos verificar no depoimento prestado por Querol por ocasião do inquérito policial. Assim, vejamos:

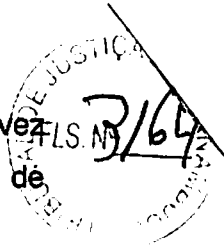
3/63  
JLS

*"(...) QUE o interrogado esclarece que primeiramente tomou conhecimento do planejamento do sequestro da menor NATÁLIA dois dias antes de acontecer o referido delito, e que, foi através de um contato feito com o Jessé, quando o interrogado, por volta das 18:30 horas, tinha acabado de chegar de um serviço de detetização e já se encontrava no escritório da firma localizada no bairro da Encruzilhada, que o interrogado foi abordado pelo JESSÉ que disse: 'A NIRA TEM UM NEGÓCIO AÍ PARA GANHAR DINHEIRO, MAS NÃO ESTOU SABENDO DE DETALHES, VAMOS NA CASA DELA PARA A GENTE SABER O QUE É'; QUE o interrogado informa que se deslocou para a casa da NIRA (...) QUE o interrogado informa que se encontrava na residência da NIRA, a própria NIRA, a JANETE, a FABIANA, o JESSÉ e o interrogado; QUE o interrogado esclarece que já conhecia a NIRA anteriormente ao mencionado encontro e que quem teria apresentado a citada pessoa ao interrogado foi a pessoa do JESSÉ; QUE o interrogado esclarece que no encontro realizado na casa da NIRA foi discutido o sequestro da menor NATÁLIA, pois a NIRA teria dito que tinha um amigo chamado CARLINHOS (...) QUE o interrogado esclarece que a carta que foi utilizada para exigir o resgate foi elaborada no computador da casa da própria NIRA, e que, pelo fato de não funcionar a impressora que tinha na casa da NIRA, foi decidido levar o documento em um disquete para que fosse impresso no escritório do JESSÉ (...) QUE perguntado ao interrogado se o JESSÉ teve conhecimento que a carta estava sendo impressa no seu escritório, o interrogado afirma que sim, pois quando a carta teria acabado de ser impressa e que o interrogado estava saindo do escritório, juntamente com NIRA, o JESSÉ foi chegando no escritório, tendo a NIRA dito para o JESSÉ que não conseguiu imprimir a carta em sua residência porque a impressora não estava funcionando, tendo o JESSÉ dito 'OK' (...) (fls. 538/550)*

Com isso, vê-se que o réu Jessé fez parte do grupo desde a fase em que se cogitava a prática do sequestro da menor, e que, embora Querol afirme que Jessé desistiu da empreitada criminosa, tal afirmativa não encontra amparo nos elementos trazidos aos autos, em que se pode facilmente constatar que ele



permaneceu atrelado ao bando até mesmo depois de consumado o delito, uma vez que ficou na posse de parte do dinheiro obtido como resgate com a finalidade de reparti-lo entre os demais componentes.



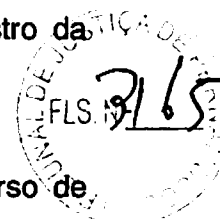
Corroborando com esta assertiva, vejamos o que disse em Juízo, às fls. 909/914, a também denunciada Fabiana Costa Torres:

*“Que ela acusada recebeu a visita do Delegado do GOE, Dr. Antônio Barros, na semana passada, depois que ela própria e Aldenira telefonaram para o GOE, dizendo que iam fazer denúncias contra o acusado Jessé Soares de Albuquerque Júnior, que as estavam ameaçando de morte; que ela ouviu do próprio Jessé quando ele esteve no Bom Pastor, para visitar outra reeducanda, o seguinte: ‘Se abrir a boca, cabueta tem que morrer’ (...) que ele Jessé tem envolvimento no processo, por isso, estava com medo que ela fizesse o que está fazendo hoje; que ela acusada sabe, por ouvir dizer, que Jessé pediu a Carlinhos e Aldenira a quantia de oitenta mil reais para participar do sequestro e, pelo que ela sabe, por ouvir dizer, o restante do dinheiro do sequestro está em poder de Jessé, e essa informação lhe foi passada pela acusada Aldenira (...) um dos motivos pelos quais ela veio aqui hoje foi pedir segurança, pessoalmente, pois está sendo ameaçada pelo acusado Jessé (...) que no seu depoimento judicial neste processo ela acusada omitiu a participação de Jessé no sequestro (...) (fls. 909/910).*

Verifica-se pelo contido no depoimento acima transcrito que o réu Jessé o tempo inteiro esteve envolvido no sequestro de Natália, sendo certo que, por vezes, teve a sua participação omitida nos depoimentos de seus comparsas, em razão de ameaças praticadas contra estes. Vê-se, assim, que a ré Fabiana Costa Torres chegou ao ponto de pedir ajuda no sentido de protegê-la da ameaça perpetrada pelo denunciado Jessé.

Nesse sentido, entendo que existem elementos de provas suficientes para embasar a condenação do réu Jessé Soares de Albuquerque Júnior, posto que resta evidenciado nos autos que ele esteve presente ao longo de todo o *iter criminis*, ora planejando, ora praticando atos executórios propriamente ditos, motivo pelo qual tenho que a sentença em combate deve ser modificada no

sentido de condená-lo pela prática do crime de extorsão mediante sequestro da vítima Natália.



Assim, diante de todo o exposto, dou provimento ao recurso de apelação apresentado pelo assistente do Ministério Público para condenar o réu Jessé Soares de Albuquerque Júnior como incurso no art. 159, §1º, segunda parte, do Código Penal.

Em sequência, passo à **dosimetria da pena** a ser aplicada em desfavor do réu Jessé Soares Albuquerque Júnior, em estrita observância ao disposto no art. 68, *caput*, do Código Penal:

Analizadas as diretrizes do art. 59 do Código Penal, verifica-se que o réu agiu com culpabilidade normal a espécie, nada tendo a se valorar; não há qualquer registro sobre a existência de processo crime anterior, tampouco sentença penal condenatória definitiva, de que o réu não é portador de maus antecedentes; poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade; o motivo do crime se constituiu pelo desejo de obtenção de vantagem econômica fácil, a qual já é punida pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; as circunstâncias e consequências do crime favorecem ao acusado, uma vez que o sequestro durou menos de vinte e quatro horas e a criança não sofreu qualquer tipo de violência física, apesar de o dinheiro do resgate não ter sido recuperado; A vítima em nada influenciou à prática do delito.

À vista dessas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena-base em 12 (doze) anos de reclusão.

Não existem circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem observadas.

Em conclusão ao sistema trifásico previsto no art. 68 do CP e à mingua de causas de diminuição e aumento de pena torno a pena definitiva em 12 (doze) anos de reclusão, que imponho ao réu Jessé Soares Albuquerque Júnior, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Em sequência, passo à análise do recurso de apelação interposto pelo réu **Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho** em que requer a desclassificação do delito previsto no art. 159, §1º, do Código para o previsto no art. 158 do mesmo diploma legal, sob o fundamento de que o apelante utilizou-se de um "*falsum*", tendo praticado simplesmente o delito de extorsão contra o seu sogro Luiz Antônio de Andrade Bezerra.

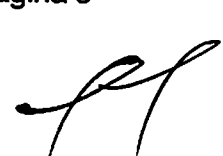
Não é a essa conclusão que se chega quando da análise dos elementos reproduzidos no presente processo. Verifica-se que a ação delituosa encontra-se perfeitamente enquadrada no tipo penal contido no art. 159, §1º, do CP, considerando que o apelante, em concurso de pessoas, seqüestrou sua filha de 03 (três) anos de idade com o fim de obter, para si e seus comparsas, vantagem econômica como preço do resgate.

Não merece prosperar o argumento do apelante de que utilizou um *falsum*, tendo praticado apenas o delito de extorsão em face de seu sogro, uma vez que a criança teve a sua liberdade de locomoção restringida pela ação dos meliantes, que só foi cessada com o pagamento do resgate.

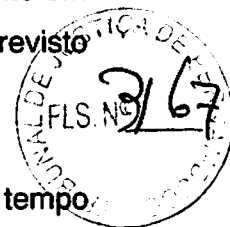
Para a configuração do crime de extorsão mediante sequestro, necessário se faz a presença de alguns elementos básicos, dentre eles se encontra a privação da liberdade da vítima, sendo certo que se trata de um crime permanente cuja consumação acontece no momento em que se dá a restrição à liberdade da vítima com o objetivo de obter a vantagem indevida, não no momento em que é pago o resgate. Ilustrando este entendimento trago à colação o seguinte julgado:

**STF: "O delito de extorsão mediante sequestro é de natureza permanente e sua consumação se opera no local em que ocorre o sequestro da vítima, com o objetivo de obtenção da vantagem, e não no da entrega do resgate" (JSTF 1218/371).**

Não há que se falar em sequestro simulado. A menor Natália teve a sua liberdade de locomoção suprimida quando dois homens desconhecidos abordaram o automóvel de seus genitores e levaram-na para um local



desconhecido, rodeada de pessoas estranhas, onde permaneceu até o momento em que se deu o resgate, estando, portanto, perfeitamente configurado do delito previsto no art. 159, §1º, do Código Penal.



De nada vale o argumento levantado pelo apelante de que o tempo inteiro teve o controle da situação, garantindo que, em caso do não pagamento do resgate, a sua filha seria restituída ao seio familiar, posto que o delito se consumou no momento em que sua filha foi privada do seu direito de ir e vir. Apreende-se nos autos que um dos autores do delito é reincidente na prática de crimes, o que demonstra o risco a que estava submetida a menor, sem falar na possibilidade de acontecerem outras situações que pudessem ameaçar a vida da criança, como uma perseguição policial, por exemplo.

Ademais, para que ocorra a simulação de sequestro é imprescindível que haja concordância da pessoa seqüestrada, o que seria impossível ocorrer no caso apresentado nos autos em que a vítima era uma garotinha de apenas 03 (três) anos de idade.

Diante do exposto, tenho que o pedido de desclassificação da conduta formulado pelo réu Carlos Eduardo em seu recurso de apelação não deve ser acolhido, tendo em vista que os elementos de provas presentes nos autos demonstram de forma inequívoca que o crime praticado pelos réus foi na verdade realmente o previsto no art. 159, §1º, do CPB e não o descrito no art. 158 do mesmo diploma legal como defende o apelante.

Deste modo, o meu voto é no sentido de **dar provimento parcial** ao recurso de apelação interposto pelo Assistente de Acusação, no sentido de condenar o réu Jessé Soares Albuquerque Júnior à pena de 12 (doze) anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 159, §1º, segunda parte, do CPB, expedindo-se em seu desfavor mandado de prisão após o trânsito em julgado, e **negar provimento** ao recurso de apelação interposto pelo réu Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho, mantendo-se a sentença recorrida em seus demais termos.

**É COMO VOTO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



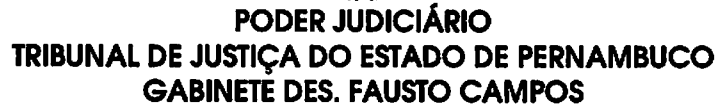
<b>Apelação Criminal nº:</b>	<b>144.235-3</b>
<b>Comarca:</b>	<b>Recife</b>
<b>Vara:</b>	<b>Especializada em Crime contra Criança e o Adolescente</b>
<b>Apelante:</b>	<b>Luiz Antônio de Andrade Bezerra - Assistente do Ministério Público e Carlos Eduardo De Castro Duarte Filho</b>
<b>Advogado:</b>	<b>Marcio Jatobá</b>
<b>Apelados:</b>	<b>Ministério Público Do Estado De Pernambuco, Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff Fidellis E Janete Vieira Da Silva</b>
<b>Procuradora (Convocada):</b>	<b>Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva</b>
<b>Órgão Julgador:</b>	<b>Quarta Câmara Criminal</b>
<b>Relator:</b>	<b>Des. Marco Antônio Cabral Maggi</b>
<b>Revisor:</b>	<b>Des. Fausto Campos</b>

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de recursos de apelação interpostos **pelo assistente do ministério público** contra a sentença absolutória proferida pelo Juízo da Vara dos Crimes Contra a Criança e Adolescente da Capital em favor dos réus Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff Fidellis e Janete Vieira da Silva, e pelo réu **Carlos Eduardo De Castro Duarte Filho** contra sua condenação pela prática do crime previsto no art. 159, §1º, do Código Penal.

Alega o assistente de acusação existirem evidências claras e suficientes comprovando a participação dos réus Jessé Soares Albuquerque Júnior, Adair Gisela Brandolff Fidellis e Janete Vieira da Silva no delito,

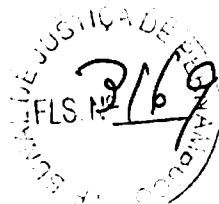




Entendo existirem provas concretas que embasem a condenação do denunciado Jessé Soares de Albuquerque Junior, devendo assim ser reformada a sentença nesse sentido.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



Desta forma, dou parcial provimento ao recurso do assistente do Ministério Público para condenar Jessé Soares de Albuquerque Júnior como incurso no art. 159, §1º, do Código Penal.

Quanto à dosimetria da pena, o nobre relator observou os parâmetros estipulados no art. 59 CP, razão pela qual fixo a pena no mesmo quantum, tomando emprestados os mesmos fundamentos.

Sigo à análise do recurso interposto pelo réu Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho.

O Apelante requer a desclassificação do delito previsto do artigo 159, §1º, do CP para o previsto no art. 158 do mesmo diploma legal, alegando ter o apelante na verdade feito uma encenação, praticando meramente o delito de extorsão contra o sogro.

Entretanto, o que se infere dos autos é exatamente o oposto da tese alegada no apelo. Está evidenciado que a ação cometida pelo Apelante coaduna-se perfeitamente com o que descreve o tipo penal contido no art. 159, §1º, do CP, tendo em vista ter o mesmo sequestrado sua filha, de apenas 03 (três) anos de idade, com o objetivo de obtenção de vantagem econômica, e para isso aliou-se a comparsas, a fim de lograr êxito nessa empreitada.

A tese defensiva não encontra qualquer guarida nos autos, vez que a criança esteve em posse dos bandidos, sendo liberada apenas depois de efetuado o pagamento do resgate.

O sequestro restou configurado no momento em que a liberdade da vítima foi restringida, visto que o objetivo era a obtenção de vantagem indevida. É sabido que a configuração do crime de extorsão mediante sequestro não se dá com o pagamento do resgate, e sim no momento da privação de liberdade, com o intuito da obtenção da vantagem indevida.

Não existe simulação no caso em tela. A menor foi privada do seu convívio familiar comum, privada do direito de locomoção, com o fito de recebimento de vantagem. O argumento da defesa do apelante ter o controle da situação, e ter garantido que a Natália retornaria para a família



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

---

mesmo sem o pagamento de resgate não merece credibilidade, visto que o crime não se consumou com o recebimento do pagamento, e sim no momento em que foi retirada do seu convívio familiar restando em local desconhecido, com pessoas desconhecidas.

Ademais, dentre os cúmplices do apelante, tinha um que era reincidente na prática de crimes, expondo a menor a grande risco, afora os riscos inerentes ao cometimento de delitos.

Sendo ainda, imperioso para a existência do crime de simulação de sequestro a concordância daquele que é sequestrado, o que é impossível de se ter no caso de uma criança de 3 (três) anos, pondo por terra, assim, a tese defensiva.

Frente aos fatos narrados, entendo pelo **desprovimento** do pedido de desclassificação da conduta formulado pelo réu Carlos Eduardo.

Assim, voto pelo **parcial provimento** do recurso do Assistente de Acusação, para condenar o réu Jessé Soares Albuquerque Júnior à pena de 12 (doze) anos de reclusão, pela prática do delito tipificado no artigo 159, §1º, do CP, expedindo-se em seu desfavor mandado de prisão após o trânsito em julgado, e **nego provimento** ao recurso interposto pelo réu Carlos Eduardo de Castro Duarte Filho, mantendo-se todos os demais termos da sentença, acompanhando, desta forma, *in totum*, o voto do em. relator.

É como voto,

Recife, 28 de Agosto de 2012

Des. Fausto Campos  
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 28.08.2012

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 144235-3 – RECIFE

APELANTES: LUIZ ANTÔNIO DE ANDRADE BEZERRA – ASSISTENTE  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO E OUTRO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

REVISOR: DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

---

RELATÓRIO ÀS FLS. 3141/3143 DOS AUTOS.

---

DR. JOÃO OLYMPIO VALENÇA DE MENDONÇA – OAB/PE 4815  
(ADVOGADO DE CARLOS EDUARDO DE CASTRO DUARTE FILHO)

Exmo. Senhor Desembargador Presidente desta colenda Câmara Criminal,  
Senhores Desembargadores,  
Senhora Procuradora de Justiça,

O apelante Carlos Eduardo foi condenado, pelo então Dr. Juiz da Vara dos Crimes contra a Criança e o Adolescente, sob a acusação de haver praticado contra a sua filha Natália o crime de extorsão mediante sequestro. E, como já foi aqui ventilado no relatório do eminente Presidente, a defesa postula apenas a desclassificação para o crime de extorsão, porque a prova coligida no presente processo toda ela indica que na verdade o apelante praticou o crime de extorsão contra o seu sogro, simulando o sequestro que teria sido praticado contra a própria filha Natália.

Quero aqui destacar um pequeno trecho da sentença, proferida pelo então juiz, hoje Desembargador Nivaldo Mulatinho, onde ele diz expressamente que se trata de um falso. Vou pedir vênias a Vossa Excelência para ler um pequeno trecho da sentença. Diz o Dr. Nivaldo, juiz à época:

*“O falso praticado pelo autor intelectual confesso, pai da vítima, não desconfigura o delito, nem o torna menos grave”.*

*O falso. O falso praticado.*

Diz ainda ele (fl. 1126):

*“NATÁLIA não sofreu nenhuma violência física. Foi sempre bem tratada pelos ‘dois tios bonzinhos’, como ela própria relatou para sua mãe, conforme o depoimento judicial da Sra. MÔNICA”, mãe de Natália.*

Diz ainda o juiz (fl. 1127):

*Adelmia*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

*"O perfil pessoal, profissional e familiar do acusado CARLOS EDUARDO, o 'Carlinhos', retratado exaustivamente nos autos, pela prova testemunhal e pelos documentos apresentados (...), nos faz acreditar que ele nunca pensou em cometer ou deixar que fosse cometido qualquer tipo de violência ou maldade contra sua filha NATÁLIA. (...) E o conjunto probatório mostra, com clareza, que os outros quatro sequestradores não tiveram a intenção de ferir ou maltratar a criança vítima."*

A Sra. Mônica esposa, na época, do acusado e de quem se separou, se divorciou depois desse fato, hoje em dia inclusive não se falam, quando ela foi ouvida em juízo como testemunha arrolada pelo Ministério Público ela disse em juízo, às fls. 569, que:

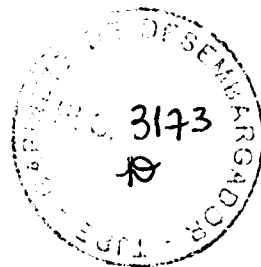
*"Reafirma que não viu nenhum dos dois homens com questão tipo de arma, embora Carlinhos tenha lhe falado que viu um deles armado".*

O Dr. Luiz Antônio, o pai da Mônica e avô de Natália, afirmou em juízo também, *que perguntado ao declarante o que tais testemunhas teriam presenciado, o mesmo relata que basicamente as testemunhas pensaram que teria havido um atropelamento, pois teriam visto um homem atravessando na rua, mas sem qualquer tipo de arma.*

Eminentes Desembargadores, o acusado, ora apelante Carlos Eduardo, mergulhado em dívidas, ele se juntou a uma moção com quem ele passou a ter um relacionamento extraconjugal e idealizaram um suposto sequestro para extorquir dinheiro do seu sogro Luiz Antônio.

Então, juntamente com essa moça, chamada Aldenice, ela convocou mais dois rapazes. O Carlinhos ia com a esposa levar a filha no colégio de manhã quando se atravessaram dois rapazes na frente do carro – como diz a Sra. Mônica –, sem nenhum tipo de arma, e mandaram que eles descessem do carro e levaram a criança para o local previamente combinado lá na cidade de Olinda, mais precisamente no Jardim Atlântico onde a garota ficou de manhã até o final da tarde.

O Carlinhos, ele mesmo, sabendo de tudo, foi quem negociou o resgate do sequestro, ele mesmo levou o dinheiro para pagar "os sequestradores", ele mesmo trouxe a sua filha de volta. E no curso de uma investigação sumária, que foi feita pelo próprio sogro, que é um homem bem sucedido econômica e socialmente, o próprio sogro pegou o chefe de segurança da sua empresa e determinou que ele procedesse a uma investigação. E o depoimento desse cidadão está nos autos, onde ele diz o seguinte, *que na primeira conversa que ele teve com Carlinhos, para Carlinhos relatar o que tinha ocorrido, ele viu logo que aquilo não tinha lógica nenhuma, que era uma coisa sem sentido nenhum.* Ele mesmo diz que numa investigação preliminar a história de Carlinhos não casava nada com nada. Então era uma coisa que a olhos vistos teria sido uma



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

coisa montada por ele mesmo para, repito, extorquir determinada quantia de seu sogro.

Toda a prova produzida, todas as testemunhas arroladas, inclusive do rol da acusação, o sogro Sr. Luiz Antônio, a sua ex-esposa Sra. Mônica, todos são unânimes em afirmar que Carlinhos era um excelente pai, muito amoroso com a filha, tratava a filha muito, mas muito bem, a filha era louca por ele e que a menina não sofreu nenhum tipo de problema, ficou lá na casa como diz ela: *"onde existiam dois tios que eram muito bonzinhos"* e, obviamente que a criança na época tinha de quatro a cinco anos de idade, que até hoje não deve saber o que é que efetivamente se passou.

Eu fiz chegar às mãos dos eminentes Desembargadores uma matéria feita pelo Diário de Pernambuco com o delegado Dr. Antônio Barros, que na época era o titular do GOE, onde ao tratar de sequestro simulado o Dr. Antônio de Barros, que é um delegado tido como respeitado, eficiente, ele colocou o tal sequestro forjado que teria sido praticado por Carlinhos, onde Vossas Excelências podem ver aí na matéria, na parte final, onde tem fingimento, fingimento. O "sequestro" que teria sido praticado pelo acusado, ora apelante Carlos Eduardo de Castro Filho. Isso é matéria produzida pelo Diário junto ao próprio delegado Dr. Antônio Barros.

Então, eminentes Desembargadores, a defesa respeitosamente sustenta, perante Vossas Excelências, pela produzida, o acusado não sequestrou a sua filha Natália. O acusado simulou o sequestro para extorquir o seu sogro, que é uma coisa altamente reprovável, não há a menor dúvida, mas que ele seja responsabilizado na medida do que ele efetivamente praticou, porque esse sequestro na verdade não existiu. A própria mãe, ex-esposa que estava na hora no carro, disse que não existiu arma, que ela não viu arma nenhuma em poder dos sequestradores, apenas Carlinhos disse a ela, para justificar, que realmente teria visto arma. Mas que teria sido o próprio Carlinhos que realmente montou todo aquele quadro para convencer sua esposa e seu sogro que teria sido realmente a sua filha objeto de sequestro. No final foi ele mesmo que tratou de negociar "o resgate do sequestro", foi mesmo que foi pagar o sequestro, e foi ele mesmo que trouxe a filha de volta.

E já na primeira vez que ele teve uma conversa com o chefe de segurança da empresa, o próprio chefe de segurança relata ao ser ouvido como testemunha arrolada pelo Ministério Público que a conversa dele não tinha nem eira nem beira, a conversa dele não tinha lógica nenhuma e que logo de saída a família começou a colocar uma série de interrogações, porque o que ele contava não tinha lógica nenhuma. Ele estava na verdade mergulhado em dívida, segundo seu sogro e a sua ex-esposa ele já tinha de certa feita tentado o suicídio por conta de dívida, e aí encontrou esse caminho reprovável de tentar obter algum dinheiro se utilizando de um falso para extorquir o próprio sogro, como admitiu



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

o próprio juiz logo no início da sua sentença, quando afirmou que o falso praticado não tornaria o delito menos grave.

Então, feita essa síntese, a defesa respeitosamente pleiteia a desclassificação do delito de extorsão mediante sequestro para o crime de sequestro, esclarecendo que o acusado já cumpriu a pena, já se encontra solto, apenas a família e ele mesmo não gostariam de ficar com essa mácula de haver cometido um crime contra a filha, porque na verdade ele não praticou esse delito contra sua filha e sim contra o seu sogro.

Muito obrigado!

---

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 3158/3167 E O VOTO REVISOR ÀS FLS. 3168/3169V DOS AUTOS.

---

**DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)**

A Turma está de acordo em dar provimento parcial ao recurso do assistente da acusação para condenar o réu Jessé Soares Albuquerque Júnior, pelo crime do art. 159, § 1º do Código Penal, à pena de 12 anos de reclusão, e negar provimento ao apelo do réu Carlos Eduardo, mantendo-se a sentença nos seus demais termos.

É o voto da Turma que está em discussão.

Desembargador Roberto Ferreira Lins.

---

**DESEMBARGADOR ROBERTO LINS**

Jessé, Senhor Presidente, é o pai da garota?

---

**DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)**

Não. Jessé é um dos réus que foi absolvido.

---

**DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS (REVISOR)**

Jessé foi contratado pelo pai do réu para participar da empreitada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

3174  
18

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

É coautor.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS

O pai da criança também foi condenado?

---

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

É o principal. É o Carlos Eduardo.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS

Também está condenado?

---

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

Já cumpriu pena inclusive.

---

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS

Acompanho o entendimento da Turma.

---

DECISÃO:

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO INTERPOSTO PELO ASSISTENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SENTIDO DE CONDENAR O RÉU JESSÉ SOARES ALBUQUERQUE JÚNIOR À PENA DE 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 159, § 1º, SEGUNDA PARTE, DO CPB, EXPEDINDO-SE EM SEU DESFAVOR MANDADO DE PRISÃO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, E NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELO RÉU CARLOS EDUARDO DE CASTRO DUARTE FILHO, MANTENDO-SE A SENTENÇA NOS SEUS DEMAIS TERMOS.”

*Adelma*